

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 136.ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de agosto de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e David Federmann.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armador Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanussó, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cêrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Marisur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomei, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Belinati, Rosário Pitelli, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs 95 e 96-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 12 do mês em curso, SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

184-70: Do Senhor Deputado PAULO POLI, que declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs Catequistas de Sant'Ana, Distrito de Vera Guarani, Município de Paulo Frontin, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6209. — **Agradeça-se.**

126-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 18-71, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Geral do Estado, nas dotações e consignações respectivas créditos suplementares até o valor de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), o qual convertido em Lei tomou o n.º 6210. — **Agradeça-se.**

96-71: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 12-71, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante convênio entre o Estado e seus Municípios, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6211. — **Agradeça-se.**

— Sob os n.os 90, 91, 92, 93 e 94-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.os:

76-70: Do Senhor ex-deputado estadual TÚLIO VARGAS, que visa a criação de um curso ginasial na localidade denominada Nossa Senhora da Penha, do Município de Corbélia. — A C.C.J.

20-70: Do Senhor Deputado LEOPOLDO JACOMEL, que visa firmar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município da Lapa, para a construção de uma ponte em alvenaria sobre o Rio Passa Dois, ligando a sede daquele Município à Bacia Leiteira. — A C.C.J.

147-70: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que visa elevar para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a pensão concedida à Esperança Barbosa. — A C.C.J.

47-70: Do Senhor ex-deputado estadual SILVIO BARROS, que visa a criação, sob regime de Fundação, de uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial. — A C.C.J.

70-70: Do Senhor Deputado ARMANDO QUEIROZ DE MORAES, que visa celebrar convênio por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, com os Municípios de Palmital, Roncador e Pitanga, para a construção de uma ponte sobre o Rio Cantu. — A C.C.J.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos fazer, desta tribuna, um apêlo ao nobre Presidente desta Casa, que vem mantendo um grande número de funcionários do Poder Legislativo, com ameaça de demissões. Sabemos perfeitamente que os dois ilustres membros da Mesa, o 1.º e 2.º Secretários, não estão de acordo com a ideia do Presidente desta Casa, portanto a situação desses funcionários está perfeitamente regularizada através da lei 6.119.

Como consequência desta Lei, o ex-Presidente desta Casa baixou ato reclassificando esses funcionários, tornando sua posição perfeitamente legal no quadro administrativo da Casa.

É um apêlo que queremos fazer ao Presidente da Casa, a fim de que o caso não assumia proporções mais graves, e não se abra uma cisão desagradável entre a Comissão Executiva e os Srs. Deputados nesta Casa.

(Lendo): "Dias atrás ocupamos esta Tribuna para relatar um episódio dramático, que descrevia a desatenção de um médico ligado à Previdência Social à sua paciente, uma garotinha de três anos de idade, que veio a falecer.

Na oportunidade, solicitamos a esta Casa o encaminhamento de apêlo ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, ao Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, e à Delegacia Regional daquele órgão, de denúncia e apêlo, pleiteando a revisão dos critérios estritos estabelecidos pelas autoridades previdenciárias, para a concessão de atendimento médico-cirúrgico.

Pretendíamos, citando um caso particular, dramático e doloroso, sensibilizar os responsáveis para a necessidade de corrigir-se erros punindo responsáveis, — no caso médicos e organizações hospitalares — que estariam abusando da liberdade de operar e internar, para fazer da moléstia e da dor uma fonte de enriquecimento ilícito e odioso.

Queríamos, com nosso protesto e apêlo, que critérios levados ao exagêro de rigor, não continuassem sacrificando os segurados da Previdência Social, em detrimento do próprio conceito que a Revolução Brasileira possui perante a opinião pública.

O assunto que trouxemos, comovidos, a esta Casa, evoluiu, através de posterior entrevista em um dos canais de televisão da cidade, na qual apresentamos, entre outros argumentos, segurados devolvidos ao trabalho como aptos, pelo INPS, sem visíveis condições físicas para as funções que desempenham. Um deles, inclusive, semi-paralisado, fôra desligado por alta do serviço médico do INPS, para exercer sua profissão de motorista de transporte coletivo.

Na repercussão que o assunto provocou, intenções foram confundidas e, infelizmente, parece que a essência de nosso esforço, o âmago da questão, ficou relegado a um plano secundário, enquanto interesses classistas e profissionais se julgavam ofendidos.

Admitimos, e assim dissemos, publicamente, que provavelmente a criança teria morrido, mesmo que tivesse recebido atenção médica. Mas o fato é que não recebeu. E do fato não se foge. O que se condenou foi a desatenção, a desconsideração que sofreu uma mãe que, ao procurar a Previdência não foi pedir favores, mas exigir a contraprestação prevista em lei, dos recolhimentos que seu marido recolhe pontualmente e com sacrifício.

Não trazemos nenhum arrependimento pelo que foi dito, tão pouco reificação alguma. Apertas queremos clarear as intenções, e tentar devolver o assunto à sua verdadeira relevância, que não se esgota num prestígio profissional ferido, na solidariedade de uma classe coesa, nem na morte de uma garotinha de três anos de idade.

Mais importante do que tudo é o problema do trabalhador brasileiro, a ineficiência da Previdência Social hoje, como era ontem e sempre foi evidente, no setor de assistência médica.

Tanto isso é verdade que existe lei, promulgada pelo Excelentíssimo e saudoso Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, um brasileiro admirável que também se preocupou com o assunto. Tal Lei, não regulamentada, institui o seguro-saúde, nos moldes vigentes nos Estados Unidos.

Reafirmada a intenção do nosso pronunciamento, queremos, agora, repôr em seu devido lugar a verdade sobre o que pensamos da responsabilidade da classe médica na situação e no episódio.

Tanto quanto o trabalhador, a classe médica aparece como vítima de uma estrutura ineficiente. Sabemos nós, sabe também a classe médica, que a Previdência põe em choque direto, paciente e médico. Este, assoberbado pela obrigatoriedade de atender vinte pacientes por dia, mediante remuneração. O paciente exigindo máxima atenção, dedicação integral e cuidados como realmente merece qualquer vida humana.

Parece-nos que, face à essa contingência, a classe médica, através de suas entidades representativas, deveria, não unir-se em defesa de um membro, vítima dessa estrutura num fato episódico, mas tentar lutar, corajosamente, contra erros da estrutura, que ofendem a todos como coletividade profissional.

Depois de nosso pronunciamento, recebemos apoio e solidariedade de dezenas de médicos, que foram prontos em nos revelar outros fatos, todos confirmando a dificuldade de relacionamento médico-paciente na atual estrutura da assistência previdenciária.

O critério pleiteado pelos médicos e nem sempre reafirmado por suas entidades classistas com o vigor necessário, é o de livre escolha, adotado em todos os países europeus, com exceção da Inglaterra. O segurado escolhe entre toda a comunidade médica, o que melhor lhe interessar, estabelecendo uma concorrência sã e um interesse mais objetivo médico-paciente.

O assunto é complexo.

Os responsáveis pela Previdência e os médicos o conhecem melhor do que nós.

Ao abordá-lo, apenas queremos fazer sentir que o conhecemos. Que somos solidários com a classe médica. Menos, infelizmente, na falta de ênfase, ou até na omissão com que contesta os erros existentes.

Finalmente, é nossa intenção afirmar, como já afirmamos no primeiro pronunciamento, que a Revolução Brasileira não é responsável pela situação que já recebeu encruada, torta, irreversível. Necessário porém que nós, homens públicos, tenhamos a liberdade de levantar assuntos como este, com o direito de que sejamos encarados como colaboradores, não como detra- tores.

Por tal motivo, Sr. Presidente, é que pedimos a V. Exa. que encaminhe as notas taquigráficas deste nosso pronunciamento ao Sr. Ministro do Trabalho, ao Sr. Presidente Nacional da Previdência Social, e ao Sr. Delegado Regional da Previdência Social, que anda nos ameaçando pelo pronuncia- mento que fizemos nesta Casa, corajosamente; ao médico que nos ameaça de processo criminal, pelo que afirmamos nesta Casa. Queremos afirmar aqui, alto e a bom som, que não nos amedrontam essas ameaças, ameaças de cas- sação de mandato, ameaças de processo criminal, de fiscalização intensa nas firmas de que participamos. Não nos amedrontam! Ganhamos do povo para defendê-lo, desta Tribuna, e os miseráveis que ficam 5, 6 horas na fila para obterem uma consulta de atendimento médico e são tratados de uma for- ma desumana na Previdência Social, terão neste Deputado, e creio que em tôda a Casa, os seus defensores e os seus porta-vozes, sem temerem amea- ças, partam elas de onde partirem.

Portanto, fica aqui o meu aviso ao Sr. Delegado Regional da Previdên- cia Social, que eu não temo ameaças; fica o meu aviso ao médico que cri- minosamente não atendeu àquela mãe, que também não tenho medo de ameaças. Continuarei a minha campanha em favor do povo, porque o povo é que me paga para defendê-lo, de minha Tribuna". — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência convida o Sr. Deputado Ivo To- mazoni, para saudar os alunos e professores da 3.a série do Colégio Maria Aguiar Teixeira, e da 4.a série do Colégio Nossa Senhora da Esperança e do Colégio Hildebrando de Araújo, aqui presentes.

O SR. IVO TOMAZONI — É uma satisfação para o Poder Legislativo deste Estado, receber, nesta manhã, como tem recebido em outras oportu- nidades, os representantes da juventude estudiosa da nossa Capital. É mo- tivo de satisfação para os representantes do povo, verificar o zelo que as Direções e os Professores dos estabelecimentos de ensino de Curitiba têm de- monstrado em interessar a nossa juventude na participação, no conhecimen- to e na vivência do trato da coisa pública e, ao saudar os alunos dos Colé- gios Maria Aguiar Teixeira, Nossa Senhora da Esperança e Hildebrando de Araújo, — teve este Deputado, por delegação, saudá-lo —, aqui está para esta singela saudação, dizendo a esta juventude que este Poder é a essên- cia da democracia, é este Poder que tem dado com o equilíbrio dos homens que têm assento nesta Casa, as Leis necessárias para que o Poder Executi- vo e Judiciário possam corrigir as distorções de ordem social que ainda existem neste extraordinário e grande País, e, em desenvolvimento. Só a leitura dos periódicos, dos noticiários, das televisões, das rádios, não podem capacitar a nossa juventude, da realidade do trabalho que aqui se desenvolve. Precisa- ríamos dizer, para conhecimento de todos, que não apenas nas reuniões de Plenário que aqui estamos realizando, neste instante, se procura dar à cole- tividade paranaense, as leis regulamentadoras que possam defender os di- reitos de cada um, e a integridade física e moral da nossa gente.

Esta Assembléia Legislativa do Estado, como um Poder, está organizada com as suas Comissões Técnicas. Nenhuma proposição vem à consideração deste augusto Plenário, sem que os homens mais responsáveis, a Comissão de Constituição e Justiça, digam da justiça e da constitucionalidade da propo- sição. Temos Comissões Técnicas para os assuntos de Educação, para os as- suntos de agricultura, para os assuntos de saúde pública, para os assuntos de política.

São as comissões organizadas e integradas pelos Srs. Deputados que, em reuniões sucessivas, nos turnos da manhã, tarde, e quantas vezes noite a dentro, fazem o estudo técnico das matérias, emitem os Pareceres, para que, em última análise, representem aqui, a vontade das lideranças. Quantas vezes neste Plenário, em debates cívicos, evidenciando pontos de vista, que só a democracia permite que os homens defendam; oposição, o partido que se opõe a determinados atos do Governo, através do seu Líder e da sua Bancada, se opondo, discutindo, sugerindo. E a liderança da ARENA, partido da situação e que dá a sustentação política ao Governo Estadual, liderando sua bancada, fazendo valer o ponto de vista governamental que, aqui nesta Casa, faz a maioria.

Em tantas discussões acaloradas, muitas vezes, saímos sempre com as soluções que melhor atendam aos interesses do Estado, do seu povo e da Administração.

É este o Poder, e os Srs. Deputados gostariam que a juventude toda, passasse a conhecer melhor os seus detalhes, sabendo o que faz o funcionário da Assembléia Legislativa do Estado, como trabalha, e porque, muitas vezes sem o tempo necessário para a vivência na família, se dispõe a dar quase tudo de si para que este Poder se projete na opinião pública, para que nos embates eleitorais democráticos, o povo saiba escolher o seu representante. A saudação que faço com muita honra, por delegação da Presidência, quero crer, faço-a em nome de todos os Srs. Deputados. E, ao pronunciar esta opção restrita, aos minutos que me são concedidos, quero deixar o reconhecimento e o agradecimento pela visita e, acima de tudo, a satisfação por verificarmos todos nós, o empenho com que se estão havendo as Direções de Estabelecimentos de Ensino, em dotar esta juventude do espírito cívico tão necessário para a defesa dos ideais mais sagrados da Pátria Brasileira. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Em continuação ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Álvaro Dias, segundo orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A perdurar este estado de coisas em nosso Estado, seremos forçados a depreender que este Governo é insensível e desumano. Seremos obrigados a depreender que este é um Governo de mentiras e de farsas. Alguém poderia analisar nossas palavras como provenientes única e exclusivamente do aspecto político-partidário, mas, analisando no decorrer desta semana, ouvindo reclamações, recebendo apêlos, não poderíamos permanecer calados. Ainda no último domingo, fomos convocados em Maringá para uma reunião com os zeladores. Recebi esta semana várias cartas de professores suplementaristas; uma delas encontra-se em meu poder. Esta carta é a verdadeira descrição de um drama vivido por inúmeros professores, aqueles que preparam a nossa juventude, a perceberem o radioso esplendor da vida, aqueles que lançam as sementes para que possamos colher no futuro os frutos dourados. Gostaria, neste instante, de ler apenas alguns trechos desta longa carta de um professor suplementarista, cinco meses sem receber o seu salário, vivendo apenas de esperanças, esperanças que estão a se diluir ao passar dos dias. Diz este Professor:

(Lendo):

"Até agora o Governo está violando os direitos humanos e divinos. Até agora o Governo não está cumprindo o contrato com seus funcionários. Até agora o Governo está roubando dos seus funcionários! Durante seis meses, nem o Governador do Estado, nem o Secretário de Educação e Cultura, nem de Fazenda, nem o Inspetor Regional, nem o Diretor do Colégio, nem os Deputados da região... deram uma satisfação dos pagamentos! Será que o professor suplementarista não tem o direito de saber o que está acontecendo com seu dinheiro, quem o está roubando, quem está aproveitando dele?"

Já não sei de quem emprestar o dinheiro para sobreviver com minha família. Mendigar e trabalhar ao mesmo tempo não é fácil. Tantas humilhações, tantos desgostos precisa aguentar, só porque o Governo não dá ao professor o que é dele.

O Banco do Estado me emprestou, com juros, Cr\$ 300,00. O prazo venceu. Não sei com que pagar. O Banco quer prolongar o prazo, mas, amortizando 30%, fora os juros. O Governo desgraçado. Só quero saber se ele vai me pagar os juros do pagamento atrasado. Nesta situação, como um suplementarista pode terminar a faculdade? Como pode fazer os cursinhos? Ele não recebe nem para pagar o ônibus. Como confiar na lealdade do Governo, que não defende os interesses dos seus funcionários? Este Governo torna-se um obstáculo no caminho do progresso coletivo e individual. Quem cria os subversivos e chama os comunistas ao Brasil é o próprio Governo, que não cumpre seu dever para com os cidadãos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A revolta de um professor, que representa a revolta de muitos outros, de zeladoras também. As zeladoras de Maringá querem até mesmo escrever ao Presidente da República, algumas viúvas sustentando famílias, sem condições de trabalhar, sem condição alguma de olhar com um sorriso para o futuro.

Não entendemos por que tanta desumanidade. O Estado possui verba suficiente; a arrecadação de nosso Estado, felizmente, é extraordinária. Poderão tentar justificar, dizendo que os funcionários contratados não possuem direitos jurídicos adquiridos.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS — Infelizmente, não posso conceder apartes, porque estou falando no Pequeno Expediente.

O Sr. Pinto Dias — Desculpe, nobre Deputado.

O SR. ALVARO DIAS — Eu gostaria de conceder-lhe e o faria com muita satisfação, se pudesse.

Sou obrigado, desta Tribuna, a afirmar que o Governo, responsável por aqueles que lhe prestam serviço, não poderia, de forma alguma alegar, como justificativa pelo não pagamento aos funcionários, o fato de estes não serem juridicamente efetivados como funcionários públicos. Afinal de contas, quem é o patrão desses funcionários? É o Estado. Quem deve pagar, a não ser o Estado? Chega de humilhação. Isto é tumultuar o ensino e a educação no Estado. É comprometer o presente e contribuir para que se arruine o futuro. Porque, de forma alguma o professor poderá ter a tranquilidade suficiente para transmitir a instrução e a educação, pensando que, ao retornar a seu lar, encontrará às portas de sua residência um cobrador, a cobrar-lhe dívidas que pertencem ao Estado. Essas professoras que fazem empréstimos e depois pagam juros elevados; e não recebem esses juros do Estado, que atrasa seus vencimentos. Esses homens, que pagam seus impostos em dia, porque, se atrasarem em um dia, apenas, eles serão multados, serão advertidos; terão que pagar a multa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao nobre Deputado que resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. ALVARO DIAS — Obrigado, sr. Presidente.

Perguntam-me aquelas humildes zeladoras: não existe a Lei Trabalhista? O Estado deveria ser o exemplo primeiro, para que as empresas cumpram com as suas obrigações para com seus funcionários. E, no entanto, o primeiro a dar o mau exemplo é o Governo do Estado do Paraná.

Gostaria de encerrar, fazendo um apelo aos homens deste Governo, a todos indistintamente, para que se sensibilizem com o drama que vivem essas servidoras do Estado do Paraná; dessas professoras depositárias da educação; as humildes e prestativas zeladoras do nosso Estado, que recebem um salário insuficiente, e ainda o recebem com atraso, inexplicável, lamentável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estejam certos, não fazemos pronuncia-

mentos desta natureza insuflados pelo partidarismo, o fazemos porque nos sensibilizamos com os apêlos.

Voltaremos na próxima semana, talvez no Grande Expediente, talvez trazendo material para fazermos um pronunciamento documentado e fazendo, sobretudo, um apêlo a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, para que torne este Governo, não do ódio, não da mentira, não da farsa, mas um Governo do amor. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto que me traz à Tribuna na manhã de hoje, gostaria de responder ao nobre Deputado representante do MDB nesta Casa, Alvaro Dias, Deputado este que tem merecido da nossa parte, todo o respeito e toda a consideração, pela maneira com que tem procurado cumprir com seu dever de representante do povo, nesta Casa.

Mas é lamentável, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Deputado Alvaro Dias, aproveitando-se de um auditório de estudantes do nosso Estado, que hoje assiste a esta sessão da Assembléia Legislativa do Paraná, procure dar a impressão de que o Governo do Paraná não está preocupado com a solução de problemas, especialmente dos relacionados com o Magistério Estadual. Não disse, o representante do MDB, que o Governador, quando assumiu, encontrou 160 bilhões de cruzeiros em atraso. Traz êle apenas um caso isolado.

Não só a Bancada do MDB, mas também nós da ARENA somos sensíveis, e sabemos que todos que prestam serviços ao Estado têm o direito de receber seus vencimentos. O que o Deputado Alvaro Dias devia ter feito, ao invés de vir à Tribuna fazer demagogia, era ir aos órgãos responsáveis, como fazemos diariamente, saber das razões por que essa servente não recebe seus vencimentos, que tem o direito e a obrigação de receber.

Não estamos alheios a este problema. Todos estamos preocupados, e mais que nós, está preocupado o Sr. Governador do Estado, no sentido de dar atendimento a todos aqueles que ajudam o engrandecimento de nosso Estado.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — De modo que, Deputado Alvaro Dias, pelo respeito que dedico a V. Exa., queria dizer que o caminho que V. Exa. está trilhando não é o caminho certo, e com isto não trará benefício algum à classe que tão bem defende na Casa.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Estou à disposição de V. Exa. em todos estes casos.

O SR. PRESIDENTE — Deputado João Mansur, lamento interromper o discurso de V. Exa., mas devo anunciar a entrada, neste Plenário, do Presidente da Assembléia Provincial de Hyogo. É com satisfação que neste instante interrompo os trabalhos desta Casa, para receber o ilustre visitante.

Está suspensa a sessão por cinco minutos, para que os Srs. Deputados cumprimentem S. Exa., o Presidente da Assembléia Provincial de Hyogo.

(É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o nobre Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltando novamente a esta Tribuna, complementando aquilo que estava afirmando ao nobre Deputado Alvaro Dias, digo que estarei sempre à sua disposição para, juntos, irmos às Secretarias de Estado, aos órgãos responsáveis, para ver o que está se passando em relação aos atrasados deste ou

daquêle funcionário, e qual a razão porque ainda não receberam os seus vencimentos.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Digno Líder do Governo nesta Casa, eu o respeito, e V. Exa. sabe disso. Por isso mesmo, é com muita satisfação que mantemos êsse diálogo. V. Exa. se referiu ao auditório. Saiba V. Exa. que o nosso auditório é composto por todos os paranaenses. E quando usamos esta Tribuna, não o fazemos única e exclusivamente para aquêles que aqui se encontram, o fazemos com o espírito voltado para todos os paranaenses. V. Exa. nos definiu como um demagogo. Respeito a opinião de V. Exa., mas se defender os interesses daquêles que são injustiçados é demagogia, serei demagogo hoje, amanhã e sempre. V. Exa. afirma que êsse não é o caminho. Mas, caminhos já percorremos, apresentando, nobre Deputado, requerimentos sem maiores comentários, solicitando providências do Fovérno, e nem resposta, a êsses requerimentos, obtivemos.

Aquelas professoras e zeladoras já procuraram, inclusive, Deputados do Governo e, vendo a insensibilidade dos mesmos, nos procuraram recentemente, em Maringá.

E não estaríamos cumprindo nosso dever se não comparecessemos a esta Tribuna. V. Exa. falou em importância que estaria o Governo devendo aos funcionários, quando assumiu o atual Governador do Estado.

Mas, nobre Deputado, lembro-me muito bem, que esta Casa aprovou autorização para que o Governo do Estado se utilizasse das ações da PETROBRÁS, de sua propriedade, dando-as como garantia a empréstimo contraído para saldar compromissos com funcionários públicos estaduais. E V. Exa. mesmo, na ocasião, veio afirmar que o Governo haveria de saldar todos os débitos para com o funcionalismo estadual.

O SR. JOÃO MANSUR — V. Exa. tem conhecimento de que foram saldados 150 milhões de cruzeiros de atrasados. V. Exa., nobre Deputado, está cometendo uma injustiça; não critiquei V. Exa. por defender o Magistério, mas sim a forma como o vinha fazendo, e disse que êsse não era o melhor caminho. Respeito a defesa de V. Exa.. Acho que todos nós somos obrigados a defender os interesses de nosso povo.

De modo que, então, nobre Deputado, estou à sua disposição e à disposição de quem quer que seja para, juntos, providenciarmos nesse sentido.

Vejá, nobre Deputado, como é difícil a missão do representante do povo nesta Casa. Nós, Deputados, assistimos há poucos dias, quando a Bancada do Governo dava apoio a um requerimento de autoria de um ilustre Deputado da bancada do MDB, que pedia inquérito administrativo onde apontava sérias irregularidades. E Vs. Exas. acompanharam meu procedimento quando eu fiz, eu próprio, o encaminhamento do requerimento.

Vejá, nobre Deputado, acabo de receber daquela cidade de União da Vitória, diversos telegramas, que me permito ler. Vou ler apenas um, porque os demais são cópias. "Diretorio Municipal ARENA União da Vitória, reu-dos finalidade apreciar caluniosas denúncias noticiadas imprensa et TV Capital vg maculando bom nome et Administração engenheiro quarto DER vg repudiam enérgica et veementemente atitude tomada vossência aceitando oposição sem prova concreta et cabal".

Vê, nobre Deputado, quando um homem vem aqui no cumprimento de seu dever, e acaba recebendo um telegrama dessa ordem, eu quero dar conhecimento à Casa que estou hoje remetendo a resposta a êsse telegrama, que é a seguinte: "Não aceito et devolvo expressões contidas vosso telegrama reafirmando nosso propósito et propósito Governo Federal vg Estadual et Arena de apurar a verdade sôbre fatos que vg um modo geral vg possam depor contra a administração pública pt. Não encampamos denúncia formulada Deputado Domicio Scaramella et sim demos apoio ao seu requerimento vg como era de nosso dever et dever desta Casa Legislativa vg para que através de inquérito administrativo se apure a verdade. Confiar-

tes na lisura de comportamento da administração do quarto distrito rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem vg como também estou vg resta aguardar com serenidade resultado inquérito administrativo vg único veículo capaz de apurar a verdade pt”.

Com o respeito que V. Exa. me merece, e com a atitude com que tenho procurado sempre me conduzir nesta Casa, continuo dentro do meu ponto de vista, achando e entendendo que este não é o caminho certo para se atingir o objetivo que V. Exa., com tão bons propósitos, quer atingir, em defesa não só do Magistério de nosso Estado, mas de todos aqueles que, de qualquer forma, prestam serviços ao Estado, ajudando o desenvolvimento e crescimento do Paraná.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Tenho outro assunto a abordar, e gostaria de reservar alguns minutos ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, que irá fazer uma apreciação sobre o pronunciamento do nobre Senador Mattos Leão, com relação a esse assunto que vem empolando o Paraná, que é a Refinaria que está sendo disputada. Concedo o aparte.

O Sr. Alvaro Dias — Nobre Deputado, respeito o ponto de vista de V. Exa., embora não concorde com ele. V. Exa. afirma que a Tribuna não é o melhor caminho. Pelo contrário, nobre Deputado talvez seja a Tribuna o único caminho que tenho na oposição. Se não utilizarmos a Tribuna para fazermos o Governo sentir as nossas reivindicações e nossos apêlos, não sabemos qual seria o outro caminho.

Quando entendemos estar o Governo sufocando esperanças, comprometendo planos de inúmeros servidores do Estado, nós só podemos fazer uso desta Tribuna, para fazer chegar até o Governo a voz desses servidores do Estado.

Em relação ao episódio do DER, cumprimento V. Exa. pela atitude tomada. Não poderíamos esperar outra de V. Exa. Realmente, o Deputado Domicio Scaramella ao apresentar a denúncia, se comprometeu a ir, pessoalmente, juntamente com outros Deputados, se fôsse o caso, e provar aquela denúncia formulada. Está de parabéns, neste episódio, V. Exa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço e continuo de pé o compromisso que assumi, porque o que foi dito merece a atenção de todos nós, e especialmente do Governo do Estado, que jamais esteve insensível a todos os problemas de nosso Paraná.

O sr. Domicio Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero me congratular com V. Exa., e continuo à disposição para colaborar com relação a estas denúncias.

Lamentamos que elementos de Urrião da Vitória tenham enviado um telegrama, vamos dizer, maroto, repudiando a atuação de V. Exa.

Esses elementos deveriam seguir o exemplo do ex-Governador Paulo Pimentel, que solicitou uma Comissão de Inquérito. Deveriam eles aguardar o inquérito para um julgamento futuro.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço, e posso informar a V. Exa. que, na visita que fiz ontem ao Departamento de Estradas de Rodagem, mesmo antes de receber oficialmente o requerimento de V. Exa., aprovado por esta Casa, o Diretor daquele Departamento já havia organizado uma Comissão para apurar as irregularidades que V. Exa. trouxe ao conhecimento desta Casa.

Ontem, sr. Presidente, assistimos ao pronunciamento de diversos oradores, e não quero me reportar ao assunto porque, como já disse, com relação ao senador Mattos Leão, o Deputado Lopes Júnior é que irá tratar do mesmo.

Quero, neste instante, me reportar ao pronunciamento feito ontem pelo Deputado Erondy Silvério, desta Tribuna. Todos nós, como paranaenses, es-

tamos integrados na defesa intransigente, no sentido de que o Paraná venha a ser beneficiado com esta Refinaria.

O Sr. Deputado Erondy Silvério, entendi bem, perguntava e queria saber da posição do Sr. Governador do Estado. Foi isto que entendi com relação ao pronunciamento do Deputado Erondy Silvério. O jornal "Estado do Paraná" deturpou aquilo que o Deputado Erondy Silvério pronunciou nesta Casa, dizendo que o mesmo criticava a omissão.

Em resposta ao nobre Deputado, porque infelizmente não me foi dado apartear-lo, de vez que ocupava a Tribuna no Pequeno Expediente, onde não são permitidos apartes, tenho a dizer a esta casa e ao Deputado Erondy Silvério, que a posição do Governador Haroldo Leon Peres não poderia ser outra senão aquela que estivesse em sintonia com todo o povo paranaense. S. Exa. já tem gestionado junto às autoridades federais, levando todos os estudos e pesquisas feitas, de ordem econômica e de viabilidade econômica, no sentido de sensibilizar os homens responsáveis pelos destinos desta Nação, mostrando que o Paraná é o que oferece melhores condições para que aqui se instale esta Refinaria.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado João Mansur, realmente nós não criticamos o Governador do Estado. Não queremos nos ater ao mérito do noticiário do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", cuja opinião nós muito respeitamos, quicá a opinião pública paranaense muito respeita, mas, não criticamos o Governador do Estado. Fizemos um apêlo a V. Exa., na qualidade de Líder, para que trouxesse a palavra oficial do Governo, porque a impressão que se tem, e todo o Paraná tem, é de que há omissão por parte do Governo, porque nós não vimos nada oficial do Sr. Governador do Estado em favor da instalação da Refinaria de Petrobrás no Paraná; mas agora, a notícia que S. Exa. nos traz nos alegra sobremaneira, porque V. Exa. diz a todo o Paraná, que o Governador Haroldo Leon Peres não tem poupado esforços no sentido de que aqui se instale a Refinaria, que ele está entrosado com a opinião pública e com os anseios da gente paranaense.

Isto nos leva então a uma convicção, mais uma vez, da infelicidade do pronunciamento do eminente Senador Mattos Leão sobre o assunto, que, portanto, foi em completa distonia com o pensamento do Governador do Estado. Ficamos apavorados quando lemos o discurso do Senador Mattos Leão, porque, embora fazendo um relato técnico, mostrando que o Paraná tinha melhores condições que o Estado de Santa Catarina para a instalação da Refinaria, esta seria uma luta anti-patriótica, nestas alturas dos acontecimentos, uma luta em termos regionais.

Pelo contrário, agora que V. Exa. traz a palavra oficial do Governo a esta Casa, eu acho que todos os Srs. Deputados devem encetar uma campanha corajosa para alertar o Governo Federal de que nós temos direitos, pelo crescimento e pujança econômica do nosso Estado, a que a Refinaria seja instalada em nosso Estado.

Méus parabéns a V. Exa. e ao Sr. Governador Haroldo Leon Peres, mas, que Sua Excelência publique, na imprensa, os dados de que ele se muniu para a luta que ele está encetando em favor da instalação da Refinaria no Paraná.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre deputado Erondy Silvério, que muito me hourou, e fico satisfeito porque, realmente, eu não me enganei. Foi realmente o que o nobre Deputado Erondy Silvério afirmou na tarde de ontem, e o compromisso que assumi de trazer hoje ao conhecimento desta Casa o comportamento do Governador Haroldo Leon Peres, e quero aduzir mais, nobre deputado Erondy Silvério: quando da reunião das Assembléias do Sul do Brasil, em Camboriú, fomos interpelados por jornalistas de "O Estado" jornal que se edita na Capital daquele Estado, sobre este assunto que também vem empolgando o povo catarinense. Nós afirmávamos que o povo no Paraná, que a Assembléia Legislativa, através de todos

os seus membros, estava empenhada junto ao Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de trazer ao nosso Estado uma Refinaria; esta Refinaria; mas, que nós acreditávamos que este problema estava entregue a um homem de bem que é o General Ernesto Geisel, e de que acreditávamos, mais do que nunca que, pelos estudos feitos, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido, esta refinaria viria ao Paraná, porque realmente o Paraná oferece as melhores condições para que aqui se instale esta Refinaria.

Quero, nesta oportunidade também cumprimentar o Deputado Nelson Buffara, da bancada do MDB, pela luta que vem sustentando em benefício desta tese.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu observei que V. Exa. afirmou que, no instante em que essa Tribuna era ocupada pelo eminente Deputado Erondy Silvério V. Exa. não se encontrava no recinto do Plenário desta Casa. Então, para que se faça justiça, e para que não se distorçam os fatos — porque em matéria de distorções de fatos, nós temos notado muito isso por parte de determinados grupos da imprensa no Paraná, — muito embora saibamos que nesta Casa existe uma verdadeira equipe de profissionais de imprensa, zelosos e a cuja equipe não podemos levar esse débito. Sabemos que dirigentes outros, com interesses próprios, distorcem os fatos na sua divulgação e que, como bem disse o nobre Deputado Erondy Silvério, fatos que deveriam ser realmente divulgados não o são e que nós não temos culpa, nós da equipe que compõe o Governo. O Governo pretende divulgar, não pode, quem sabe pagar, e a notícia não é divulgada!

A equipe de imprensa que aqui trabalha, repito, é composta de fato de homens competentes, honestos e idôneos, que jamais iriam distorcer estes fatos. Então veja, nobre Deputado, que o Deputado Erondy Silvério estava justamente na Tribuna se queixando de informações que foram divulgadas através de um dos Canais de Televisão, informações tendenciosas, dizendo que a posição do Deputado Erondy Silvério era a de enaltecer e elogiar o Governador do vizinho Estado de Santa Catarina, no mesmo instante e no mesmo momento em que criticava o Governador do Estado do Paraná.

E informou, desta Tribuna, cujas notas tipográficas me entregou, que, defendia o Governador de seu Estado, que absolutamente não poderia, jamais criticar o Governador do seu Estado, no mesmo instante em que enaltecia o Governador do Estado vizinho.

Posteriormente, nobre Deputado, o Deputado Erondy Silvério passou a abordar o assunto de petróleo, fazendo um apelo ao Sr. Governador. Ora, nobre Deputado, entendia-se, perfeitamente, que o Deputado Erondy Silvério estava fazendo um apelo para que o Governador divulgasse aquilo que está fazendo em favor da instalação da Refinaria de Petróleo. Nas entrelinhas notava-se que o Deputado Erondy Silvério sabia, tinha conhecimento de que o Governador, de fato, não tem medido esforços no sentido de que esta refinaria se instale aqui no Paraná.

O próprio nobre Deputado João Mansur, por informações, quem sabe, de fatos distorcidos pela imprensa, criticou o Presidente do meu Partido. Acontece que, às vezes, apanha-se um pedaço de um discurso, e publica-se em manchetes tendenciosas, e distorce-se o fato. Quem sabe o Senador Mattos Leão, quando fazia o seu pronunciamento, ao encaixar alguns pedaços de discurso para firmar uma imagem, esses avulsos dão uma impressão completamente diferente. E até houve, de fato, um pouco de precipitação de minha parte, porque pelo que li na imprensa, um trecho de discurso encaixado com argumentação tendenciosa, dava a impressão — e a impressão ainda tenho, até que se prove o contrário — de que o Senador Mattos Leão não estava disposto a lutar pela criação da Refinaria no Paraná. Então, quero me parabenizar com V. Exa., nobre Deputado, que tão bem representa o Governo nesta Casa, que com tanta autoridade lidera nossa Bancada, e quero dizer que estamos aqui a todo instante e a todo o momen-

to, para defender principalmente o nosso Estado, e nos honra muito sermos liderados por V. Exa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do deputado Paulo Poli, e de se lamentar que, muitas vezes a imprensa inverta a ordem dos fatos. Jamais pusemos em dúvida a lisura dos homens que integram e que representam a imprensa nesta Casa, mas, infelizmente, eles não são os donos dos jornais, nem jamais seriam os responsáveis por esta inversão.

Mas não vou entrar no mérito deste discurso, e apenas, ainda complementando a resposta ao Deputado Erondy Silvério e ao Deputado Paulo Poli, sinceramente desconheço os termos do pronunciamento do sr. João de Mattos Leão. Está inscrito para analisar o discurso do Senador Mattos Leão o companheiro Antônio Lopes Júnior, que dentro de poucos instantes ocupará a Tribuna.

Gostaria apenas de, em rápidas palavras, fazer um outro comentário, a fim de poder deixar o resto do tempo que nos resta ao Deputado Antônio Lopes Júnior, para que não perca a oportunidade o pronunciamento que irá fazer. Ontem assistimos da Tribuna o Deputado Antônio Belinati, quando trazia ao conhecimento desta Casa notícia veiculada no jornal "Estado de São Paulo", que faz assim um levantamento dos Governadores do País, dividindo mais ou menos em três categorias, e faz referências ao Governador do Paraná, referências com que jamais poderemos concordar, porque ele está mal informado e, no que pretende fazer, e que me perdoe a ausência do Deputado Antônio Belinati, o que se pretendeu fazer ontem nesta Casa, procurando levar para fora das nossas fronteiras, uma imagem que não reflete realmente aquilo que o Governador Haroldo Leon Peres está procurando fazer, a fim de dar ao Paraná, ao povo paranaense, uma Administração condigna, ao esforço da gente do nosso Estado. Todos sabemos e ninguém desconhece, das dificuldades que não só o Governo do Paraná enfrenta, como todos os Governadores se debatem hoje frente à sua Administração; mas o Governador Haroldo Leon Peres, com todo esforço, vem procurando corrigir as falhas que vêm de muitos anos, de muitas Administrações, a fim de dar cumprimento à Administração, e cumprir com seu dever, e corresponder à confiança que recebeu de S. Exa., o Sr. Presidente da República, General Garibaldi Médici, de administrar o nosso Estado, e corresponder com esta confiança, de modo que não podemos dar guarida a noticiário desta natureza, que só quer prejudicar o nosso Estado, que sempre serviu de caudatário do Estado de São Paulo, que sempre esteve presente nos orçamentos do grande Estado paulista e, hoje, quando São Paulo sente que o Paraná despertou para uma nova política administrativa, procura trazer para os paranaenses os benefícios de uma Administração, nós encontramos neste jornal, que todos nós respeitamos e admiramos, porque é um jornal que sempre esteve em defesa dos princípios democráticos, mas que hoje nós despertamos, porque não reflete a verdade; reflete, isto sim, um verdadeiro desconhecimento do Governador Haroldo Leon Peres nestes primeiros meses do seu Governo.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Primeiro ao nobre Deputado Álvaro Dias, que solicitou antes.

O Sr. Álvaro Dias — Sr. Deputado João Mansur, o Deputado Antônio Belinati, que ontem fez a leitura de um artigo, desta Tribuna, não é o responsável pelas notícias que chegam de outros Estados da Federação. O artigo foi publicado e redigido por homens que pesquisam, aqueles que fazem crônicas políticas, e que se integram realmente da situação em todos os Estados. Eles vieram conhecer a real situação do Governo do Paraná. Não foram informações daqui para lá. E, nobre Deputado, nós respeitamos o ponto de vista de V. Exa. mas ficamos com o ponto de vista do jornal porque, realmente, o que temos visto no Paraná não é um Governo que mostre serviços a ponto de merecer elogios. V. Exa. está cumprindo com o seu

dever como Líder do Governo nesta Casa, porque realmente deve defender, em tôdas as circunstâncias, porque é porta-voz do Governador. Respeitamos, portanto, a posição de V. Exa., mas entendemos não merecer críticas, de forma alguma, como responsável pelo artigo do jornal "O Estado de São Paulo", porque nada mais fez do que dizer a verdade, no nosso entender.

O SR. JOÃO MANSUR — No entender de V. Exa., e gostaria que V. Exa. dissesse, V. Exa. que conhece bem, as declarações feitas por S. Exa., que os elementos que aqui estiveram, que V. Exa. pudesse dizer, para conhecimento desta Casa quais os elementos responsáveis por este artigo, quais os elementos responsáveis que vieram fazer pesquisa aqui no Paraná, para poder atribuir ao Governo do Paraná estas declarações.

O Sr. Alvaro Dias — Eu poderei informar a V. Exa. que este artigo representa a opinião do jornal. A responsabilidade, portanto, é do Diretor do Jornal; não é um artigo assinado.

O SR. JOÃO MANSUR — E eu quero dizer, não como Líder do Governo, mas como paranaense que sou, que amo esta terra, que não aceito a intromissão dos homens de São Paulo aqui no nosso Estado. Temos maturidade suficiente para podermos, sozinhos, nos dirigir.

Não precisamos que o Estado de São Paulo venha aqui dizer o que precisamos e devemos fazer.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Quero distinguir nessas considerações de V. Exa., dois aspectos: em primeiro lugar, a publicação do "Estado de São Paulo" traduz uma análise da política nacional. Não análise política da situação do Paraná, isoladamente. É um editorial político talvez do jornal que atualmente desfruta do maior conceito, em termos nacionais. É um editorial político que traduz a análise da situação nacional, criticando muito menos o Governo do Paraná, mas muito mais o sistema de escolha de Governadores que se implantou nesta terra. O que o jornal pretendeu mostrar, é que não está havendo aquilo que se esperava. Os Governadores escolhidos de forma indireta, não estão correspondendo aquilo que deles se esperava.

Por outro lado, desejo resguardar a posição do Deputado Antônio Belinati. S. Exa. não veiculou notícia aqui para ir para fora de nosso Estado. Simplesmente se limitou a ler um editorial político de um jornal altamente responsável, para que constasse dos Anais da Casa, usando assim de um método que também é constantemente usado pelos Parlamentares governistas, que levam aos Anais da Casa matéria elogiosa ao Governo do Estado e Governo Federal.

O Deputado Antônio Belinati cumpriu seu papel. Quanto ao editorial do Estado de São Paulo, é uma análise política, de um ponto de vista que emana de um órgão responsável, cabendo aos Deputados do Governo, como V. Exa., dele discordar. Simplesmente gostaria, nobre Deputado, resguardando uma vez mais a posição do Deputado Antônio Belinati que teve procedimento Parlamentar o mais puro, simplesmente lendo o editorial para que constasse dos Anais da Casa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Sebastião Rodrigues. Não responsabilizei, jamais poderia responsabilizar o nobre Deputado Antônio Belinati por este artigo. Mas quero dizer que o seu pronunciamento, a sua presença aqui nesta Tribuna, se caracteriza por um desserviço ao Paraná; mais estaria ajudando à Administração do nosso Estado.

Porque todos nós, e fique certo o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa. que também é consciente, que é paranaense e que há de querer bem a esta terra, todos nós devemos estar engajados nesta luta, para ue o Paraná, hoje, venha a ser aquilo que nós desejamos. Queremos, a todo custo, e isto não é privilégio desta ou daquela Bancada, mas de todos nós, homens do Governo e da Oposição, todos temos que lutar, por todos os lados, de tôdas

as formas dando ao Governo meios necessários para que esse Governo faça uma boa Administração.

E não haveríamos de querer, e nem seríamos bisonhos, que em apenas cinco meses de governo, estivessem resolvidos todos os problemas do Estado, o que mais cresce entre os Estados da Federação brasileira.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado João Mansur, serei breve. Apenas gostaria de, em três itens tido Alvaro Dias, inteligente, capaz, astuto maliciosamente disse que V. Exa. nessa Tribuna, defende o Governo porque cumpre o seu dever, como porta-voz rápidos, esclarecer uma coisa obscura. Segundo eu entendi, o nobre Deputado Governo deixando transparecer, nas entrelinhas, que V. Exa. estava defendendo simplesmente em face da função, do cargo que exerce.

Mas, gostaria de responder ao eminente e ilustre Deputado, que conheço bem V. Exa., e quem sabe na avaliação do caráter e da personalidade de V. Exa., ele talvez não tenha feito como devia. Nobre Deputado João Mansur, não estou querendo ser agradável, mas sei que V. Exa., mesmo como Líder, mesmo como porta-voz do Governo, teria, como sempre teve nesta Casa, a idoneidade moral, a independência suficiente, a coragem para divergir daquilo que não estivesse de acordo, com os atos e com as atitudes que não correspondem aos anseios do povo. É o primeiro item este, para que se faça uma análise da figura que representa V. Exa. Segundo, houve preocupação do eminente Deputado Antônio Belinati, porque leu desta Tribuna um artigo do "Estado de São Paulo". Não me leve a mal a luzidia, a brilhante, a corajosa Bancada do MDB. Respeito sobremaneira todos os componentes desta Bancada, faço questão cerrada e me empenho em ter amizade e diálogo com esta Bancada e a ela, à Casa e a V. Exa., faço um apelo. O eminente Deputado Antônio Belinati não tem condições técnicas e intelectuais para representar o Paraná nesta Casa. Os apartes, as posições, as atitudes deste menino não devem merecer o nosso respeito, tais os absurdos, tais as atitudes, tais as teses levantadas por aquele Parlamentar.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. não pode interromper.

O SR. JOÃO MANSUR — Está com o aparte o Deputado Paulo Poli.

O Sr. Paulo Poli — Portanto, este jovem, desde o instante em que alguns atritos se travaram, apercebeu-se — até então não tinha se apercebido de sua própria ignorância — e passou a ler artigos de jornais porque, de fato, não tem condições de representar o povo de Londrina. Em terceiro, o "Estado de São Paulo", sei, como disse o Deputado Sebastião Rodrigues, o jornal "Estado de São Paulo", em sua posição, é um jornal independente e democrático, e naturalmente com sua força — que não negamos — precipita, assim diria, para que o Brasil retorne brevemente para sua plenitude democrática.

Dentro desta linha de pensamento, do espírito daquele jornal, de fato o que não combatemos é a redemocratização do País. Entretanto, ele tem combatido todos os Governadores, ou quase todos, que foram escolhidos por eleição indireta. Em particular, Deputado João Mansur, no caso do Paraná, nós sabemos a maneira simpática com que aquele jornal olha o ex-Governador. E isto justifica-se plenamente porque uma de nossas maiores Usinas tem o nome de um dos ex-Diretores daquele Jornal. Aqui no Paraná, numa homenagem que se fez ao "Estado de São Paulo", uma das usinas leva o nome de Júlio Mesquita. Explica-se facilmente esta posição, mas quero dizer, nobre Deputado, que quando se fala em Paraná, devemos estar todos unidos, defendendo nosso Estado, nossa gente, nossa imprensa, nossas tradições. Portanto, mais uma vez, feita esta interferência, nosso apoio e nosso aplauso a V. Exa.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço ao Deputado Paulo Poli. Realmente V. Exa. antecipou-se a meu pronunciamento porque analisando o editorial de

"O Estado de São Paulo", chega-se à conclusão de que o que quer aquele jornal é contestar a Revolução. Nunca fomos contra eleição direta, assim temos que nos convencer de que estamos passando por uma fase transitória, e não será através destes métodos que iremos alcançar a plenitude democrática.

Iremos, na próxima semana, apresentar uma moção de solidariedade ao Sr. Presidente da República na escolha dos Governadores de todo o País, porque precisamos infundir confiança nos homens que estão representando, em última análise vontade desse homem extraordinário que está administrando o Brasil, e cuja fama e atos transcendem as fronteiras do Brasil para ecoar no mundo.

De modo que, deixo a Tribuna...

Insisto no meu aparte, pois um Deputado de minha Bancada, ausente, foi agredido, e eu gostaria que constasse dos Anais que este Deputado o defendeu. Eu pediria a V. Exa...

O SR. JOAO MANSUR — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues, justamente a propósito — eu me permito — pelo respeito que tenho por V. Exa., não vou conceder o aparte. E solicitaria que V. Exa. — não quero entrar na briga — que V. Exa., na segunda-feira, ocupasse a tribuna em defesa desse seu Companheiro, por que o nobre Deputado Antônio Lopes Júnior tem um pronunciamento a fazer, e não quer perder a oportunidade.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Mas eu imploro a V. Exa. esse aparte.

O SR. JOÃO MANSUR — Então, concedo a V. Exa. um minuto.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Nobre Deputado, não poderia passar sem resposta a agressão sofrida por um companheiro meu, de Bancada. Não me sentiria tranquilo comigo mesmo, se deixasse passar sem resposta a agressão. Disseram que o nobre Deputado Antônio Belinati não tem condições de representar o Paraná. Disseram que esse jovem não tem maturidade para representar o Paraná. Que o diga este elevado número de eleitores, os 25 mil eleitores que mandaram o Deputado para esta Casa. S. Exa. sempre procedeu com correção. Jamais cometeu a indignidade de agredir quem quer que seja, na ausência, nesta Casa. E hoje, ele recebe agressões, quando não está para contestar aquele que o agrediu.

O Sr. Paulo Poli — Eu faço essas acusações na presença dele.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Mas, não fez. V. Exa. poderia esperar que S. Exa. aqui se encontrasse.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não permite diálogos.

O SR. JOAO MANSUR — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues, era por esta razão que não queria conceder-lhe o aparte, a fim de que, na segunda-feira, o Deputado Antônio Belinati, aqui presente, faça sua própria defesa.

Deixo a Tribuna, a fim de que o nobre Deputado Antônio Lopes Júnior possa fazer seu pronunciamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conturbado um pouco pela escassez do tempo que me restou, vou reduzir, em muito, o pronunciamento que deveria e devo fazer, hoje, para não perder a oportunidade.

Quero, de início, louvar a atitude do ilustre Deputado Nelson Buffara, que ora preside nossos trabalhos, e dos Deputados Erondy Silvério e Paulo Poli, que engajaram, e de maneira muito brilhante, nesta campanha de valorização do Estado do Paraná para que os poderes centrais se lembrem da nossa existência, e que a PETROBRAS localize em nosso Estado a Refinaria tão propalada.

A minha posição, hoje, aqui nesta Tribuna, é para esclarecer um pequeno equívoco. Fui quase que adiantado pelo ilustre Deputado Paulo Poli. Parece que E. Exa. adivinhou meu pensamento e, em sintere, disse justamente aqui que eu pretendia dizer.

Meus parabéns ao ilustre Deputado Paulo Poli

(Lendo): "Venho hoje à Tribuna para esclarecer um equívoco. Louvo a atitude de quantos se incorporam na luta justa para que se localize em nosso Estado a Refinaria de petróleo. E a ela não tem faltado a presença do Governador Haroldo Leon Pères. E a ela se incorporou com entusiasmo e sabedoria, o Senador Mattos Leão, e ilustres Deputados Estaduais.

Para que se analise o pensamento de uma pessoa, através seu pronunciamento, é mister conhecê-lo no todo. Um período inteiro não basta, quanto mais apenas uma oração, destacada do texto geral.

É o que está sendo feito injustamente com o Senador Mattos Leão. Não quis dizer nada a respeito, sem antes ler, linha por linha, o seu discurso na Câmara Alta, não em seu nome, mas em nome da Bancada Paranaense.

Na alta cúpula política e administrativa da Nação, o Senador Mattos Leão fez um discurso, defendendo a fixação, no Paraná, da Refinaria, pugnando pelo Paraná, em altos termos, em alto sentido, não reclamando por palavras apenas, a favor do Paraná, contra Santa Catarina, mas demonstrando com dados técnicos que convém a sua localização no Paraná, não por um ou por outro Estado, mas pelo Brasil.

Por isso, convido os meus ilustres Pares a um raciocínio lógico do seu discurso, nos pontos principais.

Vemos que o Senador Mattos Leão foi objetivo; dentro de uma realidade técnica em que vivemos, com um Governo que, graças a Deus, vê, em todas as atividades e antes de tudo, o interesse nacional, principalmente em assuntos dessa natureza.

Depois de fazer várias considerações sobre as atividades da PETROBRAS em São Mateus do Sul, e as necessidades da zona sul de consumo de combustível, assim se manifestou o Senador, respondendo a um aparte do Senador Saldanha Derzi:

"Agradeço o seu aparte, nobre Senador Saldanha Derzi, que incorporo ao meu modesto discurso. Se defendo a instalação de uma Refinaria no Paraná, e mais especificamente, no Porto de Paranaguá, é porque o Paraná tem melhores condições técnicas melhores condições econômicas e maior consumo de petróleo".

E prossegue o Senador:

"Nesse sentido, quero reportar-me as palavras do próprio Presidente da Petrobrás, segundo o qual as decisões sobre a localização dessa refinaria resultarão de minuciosos estudos sobre o abastecimento dos mercados regionais, a fim de evitar a transferência de derivados entre áreas distantes, que acarretam despesas em transporte. Nesses estudos, disse o general Ernesto Geisel, preponderam razões econômicas, ligadas a razões técnicas, relativas a características de mercado a servir, e da refinaria a construir. Assim, acrescentou S. Exa., não cabem considerações que visem atender a este ou aquele Estado, pois o que importa é defender o interesse nacional. Não nego que o meu Estado gostaria de ser escolhido para a localização da nova refinaria, desejo que alimente desde 1964, quando as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o petróleo nacional, publicado no Diário do Congresso, indicavam o Paraná como o mais conveniente para a sua instalação.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Lamento interromper o pronunciamento de V. Exa., que está transcrevendo pronunciamento feito no Serrado Federal por nosso representante naquela Casa de Leis, senador Mattos Leão. Mas, é justamente neste ponto que está a falta do pronunciamento de nosso conterrâneo. Porque nós não podemos

achar que tudo que a Revolução fez está certo. Aquêles que acham que todos os atos emanados do comando revolucionário, do Presidente da República e de seus auxiliares são certos, estão, a meu ver, prestando um desserviço ao país, porque eles também erram e o ilustre Presidente da Petrobrás, que tem uma larga fôlha de serviços prestados ao Exército Nacional, que conhecemos pessoalmente, que admiramos como militar há longos anos, mas não concordamos com suas palavras, que nos perdoe S. Exa., mas não devem entrar apenas razões de ordem técnica, na instalação dessa Refinaria, mas deverão, isso sim, entrar razões de ordem econômica, que é nosso Estado que oferece melhores condições.

É anti-patriótico para nós paranaenses, silenciarmos, sem pedirmos a refinaria. Devemos lutar.

O pronunciamento do Senador Mattos Leão, teve o mérito de despertar a consciência desta Casa para o assunto, que havia se manifestado isoladamente, mas que hoje, estou sentindo que cresce o sentido coletivo, que está reagindo, e essa luta vai trazer para o Paraná a Refinaria de petróleo.

Não devemos esmorecer na campanha e na luta, devemos reativá-la, isso sim, para que o Paraná seja atendido em sua pretensão, que não é um favor, que é um direito que conquistamos pelo crescimento invulgar da economia do Paraná, como também pelo trabalho do povo paranaense, que tem dado ao Brasil uma legítima soma de receita, pela exportação de café e demais produtos derivados.

Precisamos da refinaria para desenvolver o ciclo industrial do Paraná, sairmos do ciclo da agricultura e pecuária. Vamos para uma meta mais alta que é a industrialização do Estado. Não vamos silenciar, achamos anti-patriótico silenciar. Foi nessa parte que residiu o reparo que fiz ao Senador Mattos Leão, porque não o estamos criticando como homem, mas sim como político, porque sabemos, que ele, tanto quanto nós, quer o desenvolvimento, quer o crescimento do Estado do Paraná, quanto nós, está lutando para que aqui saia a refinaria, mas foi infeliz quando quis dar um pouco de razão ao Presidente da Petrobrás, afirmando que apenas razões de ordem técnica levarão a Petrobrás a construir a Refinaria aqui ou acolá, quando não devem ser razões de ordem técnica, mas sim razões de ordem econômica. Agradeço o aparte, e pego excusas por ter interrompido, mas era este o momento em que queria manifestar-me sobre o assunto.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — O que acho interessante, deputado Erondy Silvério, que neste assunto importantíssimo, o pensamento que V. Exa. acaba de expender neste instante é justamente o pensamento expandido pelo senador Matos Leão no contexto geral do discurso.

Como bem disse o deputado Paulo Poli não se pode, num discurso, num artigo, escolher apenas um período, um conceito, muito menos uma frase para fazer dilações. O que é preciso é o contexto geral. O senador Matos Leão diz que não é apenas técnica ou economicamente que deve ser observado, porque técnica e economicamente o Paraná é o lugar ideal para a localização da Refinaria.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que tem apenas cinco minutos para terminar a sua oração.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Prosseguindo — “Desde então, o Pader Público e o setor privado da economia paranaense, por seus líderes mais representativos, vem fornecendo subsídios que reforçam as vantagens dessa localização. Não o fazem por bairrismo ou rivalidade regional, é evidente, mas porque estão como estamos convencidos que essa localização coincide com o interesse nacional”.

Aqui está, sr. Presidente, srs. Deputados, o ponto básico do seu pensamento. Ciente do pensamento dos técnicos e do sr. Presidente da Petrobrás, a respeito, conduzir a campanha, dentro do que se pretende, do que é justo, do que se exige, procurando mostrar que o Paraná está dentro das modalidades que são necessárias para a instalação de uma refinaria.

E nessa trilha de pensamento, dá o senador Mattos Leão, dados técnicos do Paraná, sobre consumo de gasolina, óleo diesel, lubrificantes, número de automóveis, ônibus e caminhões, destacando. E aqui vem a frase combatida:

"O que importa, primordialmente, é a construção da refinaria, a fim de prevenir uma crise em futuro próximo, no abastecimento dos derivados do petróleo ante o ritmo de aumento do consumo cujo índice anual é o maior do País, excetuado o Distrito Federal. Uma disputa entre Paraná e Sta. Catarina, nos parece que seria, não só inconveniente, e pouco recomendável, como até anti-patriótica quando se sabe que em matéria de tamanha relevância, terá que prevalecer o interesse nacional".

"Trago, não obstante, alguns dados para a consideração das razões de ordem econômica e de ordem técnica que parecem indicar o litoral ou o primeiro planalto do Paraná como o mais recomendável para a localização da futura Refinaria. Basta um exame à carta geográfica do Brasil para constatar que esses pontos são os mais equidistantes em relação ao mercado da 7a. Região que compreende Paraná e Santa Catarina. O Paraná é uma área de trânsito, não só na ligação do extremo sul com o resto do País, mas também, na ligação da costa do Atlântico com o Paraguai e a Bolívia. Nêles se encontram duas rodovias nacionais, a BR-116, ligando a Guanabara, S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a BR-277, esta toda ela em território paranaense, como integrante da transversal panamericana já pavimentada do Porto de Paranaguá até Assunção, no Paraguai, ligando quatro países da América do Sul. O Porto de Paranaguá já é porto livre do Paraguai e será, logo mais, um terminal marítimo para escoamento da produção do sul de Mato Grosso. Um moderno porto, tecnicamente aparelhado e com incalculável possibilidade no canal da gaieta, como terminal marítimo petrolífero.

Deve-se também levar em conta a anunciada construção da Hidrelétrica de Sete Quedas, a hidrelétrica do século, como saliente em pronunciamento anterior, destinada a ser a maior usina elétrica do mundo.

Por todas estas razões o Paraná é uma área estratégica de integração interamericana em posição privilegiada na região sul destinada histórica de "corredor de passagem" e ponto de travessia indesejável na ligação de mercados nacional e continental.

Do ponto de vista econômico de mercado de consumo, para os derivados de petróleo, é inegável a supremacia do Paraná conforme se pode deduzir de dados estatísticos referentes ao ano de 1969, extraídos do anuário da Fundação IBGE, editado em 1970.

Este o pensamento, em linhas gerais, do Senador Mattos Leão, com o qual devemos estar. Pelo Paraná na sua luta pela localização da refinaria, mas em alto sentido, pelas suas qualidades excepcionais, condições técnicas e econômicas enunciar simples desejo de que ela se fixe aqui e muito menos em termos de disputa entre dois Estados.

Com o Paraná, sim, mas atendendo ao interesse nacional! Nesta luta está empenhado o Governador Haroldo Leon Peres sem alarde, sem propaganda, mas com trabalho e persistência, para trazer em definitivo, por nosso merecimento, porque aqui deve ser instalada, localizada efetivamente a Refinaria que se pretende instalar, a Refinaria da Petrobrás. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, parece-me que o assunto da Refinaria não está interessando muito à Casa. Acho mesmo que não há quórum para o prosseguimento da sessão. Nestas condições, requerio a V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quórum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — 13 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há número legal de Srs. Deputados presentes para o prosseguimento da sessão.

Declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns: 172-70, 192-70, 98-71;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 24-71;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 39-71;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei n.: 128-70, 153-70, 41-71 e 93-71.

Levanta-se a sessão.